

Identidades étnicas e práticas religiosas: repensando algumas abordagens científicas

Religious practices and ethnic identity:
rethinking some scientific approaches

Nara Maria Emanuelli Magalhães*

Doutora em Antropologia Social pela UFRGS
magalhães.nara@gmail.com

Resumo:

O trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa antropológica que desenvolvo sobre práticas religiosas de cidadãos negros de Porto Alegre, os quais são frequentadores de uma Igreja Evangélica. Traço algumas trajetórias desses cidadãos, construídas a partir de suas narrativas e de um diálogo construído sobre sua história de vida, suas crenças e práticas religiosas. A motivação para investigar o tema veio da constatação da inexistência de abordagens que relacionassem pertencimento étnico e práticas religiosas, em geral atribuindo ao cidadão negro a predominância de pertencimento a religiões afro-brasileiras. Mas no século XXI, podemos continuar afirmando que as chamadas religiões afro-brasileiras são os símbolos exclusivos da identidade negra, ou há variadas práticas religiosas às quais as pessoas recorrem para se autodefinir? São algumas das questões para as quais pretendemos contribuir, de modo a refletir sobre as construções científicas a respeito das identidades étnicas e práticas religiosas na América Latina.

Palavras-chave:

Religião. Negro. Quilombolas. Práticas religiosas.

Abstract:

The paper presents some results of an anthropological research on religious practices that develop the black citizens of Porto Alegre, who are often participants in an Evangelical Church. We trace some trajectories of these citizens, built from their narratives and from a dialogue built on their life history, their religious beliefs and practices. The motivation for investigating the issue came from the perception of a lack of approaches that relates their ethnic and religious practices, usually attributed to the predominance of black citizens belonging to African-Brazilian religions. But in the twenty-first century, can we keep saying that the so called African-Brazilian religions are the main symbols of black identity, or are there also different religious practices to which people resort in order to self-define? These are some questions for which we intend to contribute, in order to reflect on scientific constructions about ethnic identities and religious practices in Latin America.

Keywords:

Religion. Black. Quilombolas. Religious practices.

Introdução

O trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa antropológica que desenvolvo sobre práticas religiosas de cidadãos negros de Porto

Alegre, os quais são frequentadores de uma Igreja Evangélica. A partir da realização de entrevistas e observação participante junto aos sujeitos pesquisados, procuro compreender algumas trajetórias desses cidadãos, construídas a partir de suas narrativas e de um diálogo construído sobre sua história de vida, suas crenças e práticas religiosas. Apresento aqui algumas reflexões que motivaram a realização da pesquisa, e as perspectivas teóricas que se quer contribuir para

* Doutora em Antropologia Social, vinculada à UFRGS. Pesquisadora Associada ao Núcleo de Antropologia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Atua na Pró-Reitoria de Graduação como Técnica em Assuntos Educacionais. E-mail: magalhães.nara@gmail.com

problematizar.

Identities, diversidade, questões étnico-raciais

Sabemos que Porto Alegre apresenta um imaginário concebido como branco, assim como outras cidades do Rio Grande do Sul, em decorrência de uma formação histórica que incluiu a colonização açoriana, alemã e italiana, principalmente. Muitos autores afirmam, em decorrência disso, que a escravidão por aqui teria sido menos numerosa e/ou mais branda, dados que são contestados por pesquisas antropológicas e não resistem a uma observação mais acurada¹. A presença do negro na cidade foi, então, omitida e até negada pela historiografia riograndense produzida no início do século. Segundo dados do IBGE,² a população negra brasileira está representada de forma desigual e Porto Alegre é a capital brasileira com o menor número de pessoas que se declaram negras ou pardas, apenas 12,6%.

Nesta reflexão, apresentamos como hipótese a possibilidade de, no Século XXI, não podermos identificar o cidadão negro apenas como adepto das chamadas religiões afro-brasileiras, por estar inserido em outras práticas religiosas (como as religiões protestantes, pentecostais e neo-pentecostais). Quer-se contribuir com esse estudo para repensar as categorias supostas como essenciais para a definição da identidade cultural de pessoas negras.

Um dos pressupostos que orienta o trabalho de pesquisa diz respeito ao debate das questões étnico-raciais: estamos aqui considerando a importância da categoria raça para a discussão sobre a identidade cultural dos sujeitos com os quais se realiza a pesquisa, sem considerá-la, no entanto, de modo essencialista. Consideramos que, do ponto de

vista biológico, “raças não existem”,³ mas do ponto de vista cultural e social, elas estão permanentemente definindo pertencimentos, inclusões e exclusões. Preferimos, portanto, trabalhar considerando que não há uma essência de cor, mas sim uma gradação de cores,⁴ às quais os sujeitos recorrem para auto-definir-se. Estamos privilegiando essa gradação auto-atribuída na pesquisa.

Tampouco estaremos considerando a categoria de “identidade” como algo estanque. As considerações de Paul Gilroy a respeito novamente nos servem de referência: “A história do Atlântico negro fornece um vasto acervo de lições quanto à instabilidade e à mutação de identidades que estão sempre inacabadas, sempre sendo refeitas”.⁵

Além dessas questões, compartilhamos também algumas preocupações com grupos de pesquisa que procuram analisar o contexto atual de diversidade cultural,⁶ considerando-o como pano de fundo em distintos temas de pesquisa. A diversidade cultural pode ser considerada um fenômeno próprio das sociedades contemporâneas, que demanda novas posturas metodológicas e um giro de perspectiva teórica para ser compreendida. Exige também uma reflexão sobre os limites do relativismo diante de conflitos advindos não mais (ou não só) de outras sociedades com costumes diversos, mas internamente às sociedades, com grupos assumindo posturas conflitantes a respeito do que se considera “correto” e/ou “normal”.

³ A esse respeito, ver artigo de ANJOS, José C. G. dos. *Se raças não existem, é inegável que insistem*. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://afrobrasileira.multiply.com/journal/item/33>>. Acesso em: 26 jul. 2008. “Se raças não existem, é inegável que insistem”.

⁴ Ver, a respeito, o estudo citado de BARCELLOS, 1996.

⁵ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2008. p. 30.

⁶ Refiro-me a interlocutores nos debates sobre mídia, inclusive em GTs da RAM e da ABA, como Isabel Travancas e Sergio Caggiano, da UBA (Universidad de Buenos Aires); e a pesquisadores do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), entre eles Cristian Job Salaini, Vera Rodrigues e Vinicius P. Oliveira, com quem pude dialogar sobre comunidades quilombolas do RS, e especialmente a Denise Jardim, coordenadora de atividades do Núcleo.

¹ Referimo-nos aqui às análises realizadas por LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. E também BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1996.

² Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

Geertz se refere ao fenômeno como um complexo contexto de colagem.⁷ Com esta reflexão, queremos contribuir para compreender as identidades e práticas religiosas, reconhecendo-as inseridas nesse contexto de cruzamento diário entre distintas referências culturais.⁸

Outra definição que pode se fazer presente no debate é a de “comunidades quilombolas”. Para abordá-la, consideramos o histórico da expressão: em 1996, um Núcleo de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina⁹ iniciou o levantamento de algo que ficou conhecido como “territórios negros” na Região Sul. Quando os resultados parciais dessa pesquisa chegaram às instâncias do primeiro governo petista estadual (do Rio Grande do Sul) se transformaram em “comunidades remanescentes de quilombos”.¹⁰ Salientamos a história de uso da expressão para ressaltar sua condição de constructo, que não se faz sem disputas políticas e conflitos. Em artigo conjunto,¹¹ refletindo sobre a construção da identidade quilombola, resgatamos a afirmação de Leite, quanto à sua preocupação com o fato de a população afro-brasileira, ao almejar ser constituída enquanto sujeito de direitos, acabar sofrendo o risco de ser interpelada por um viés perversamente folclorista da identidade. Destacamos que o processo de auto-definição em torno de territórios

quilombolas é atravessado por diferentes agentes acadêmicos, estatais, movimentos sociais, entre outros. O processo de reconhecimento, portanto, mesmo que fortemente ancorado no processo de auto-atribuição, encontra uma série de “micro-tribunais”¹² em seu percurso, sendo facultado às comunidades pleiteantes o “ônus da prova” no que diz respeito às suas identidades e seus desdobramentos políticos.

Pontos de reflexão

Sabemos que o debate sobre raças no final do Século XIX envolvia muitos preconceitos e exclusões, reforçando as relações de desigualdade.¹³ Ver também Boas,¹⁴ que, já em 1930, discutindo a metodologia das Ciências Sociais para explicar as formas culturais, recusava determinismos como o geográfico, econômico e racial (recusando as teorias de Gobineau). Em suas palavras:

Não acredito que se tenha dado até hoje qualquer prova convincente de uma relação direta entre raça e cultura. [...] Características hereditárias têm um valor cultural quando são socialmente significantes... Qualquer tentativa de explicar as formas culturais numa base puramente biológica está fadada ao fracasso.

Mas as teorias do início do Século XX sobre supostas “democracias raciais”¹⁵ se mostraram ainda mais perversas, pois impediam as

⁷ GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999.

⁸ Outro debate inspirador para pensar o cruzamento entre fronteiras do pensamento, e sobre as divisões “artificiais” que construímos entre as ciências ditas naturais ou exatas e as ciências sociais, é aquele proposto por LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: 34, 2005.

⁹ Referimo-nos ao NUER, Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, coordenado pela profa. Ilka Boaventura Leite e que tem como uma de suas publicações da época a obra citada: LEITE, 1996.

¹⁰ Ver BARCELLOS, Daisy M. et al. *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. e ANJOS, José C. G. dos; SILVA, Sérgio B. da. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 98.

¹¹ SALAINI, Cristian J.; MAGALHÃES, Nara M. E. Mídia, identidades étnicas e o debate sobre o autêntico e o inautêntico cultural. In: *XXXIII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS, 2009. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br>>. GT 10 Cultura, Economia e Política, coordenação Maria Celeste Mira e Edson Farias.

¹² ANJOS, José C. G. dos. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka B. (Org). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis: Co-Edição NUER/ABA, 2005.

¹³ Referimo-nos a teorias dos Séculos XVIII e XIX, como a de Joseph Gobineau (1816-1882), que fundamentaram a expansão colonial e imperial de nações européias, justificando a subjugação de povos e territórios. Ver a respeito GIDDENS, Anthony. *Raça, Etnicidade e Migração*. In: *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 205. BANTON, Michael. *Etnogênese*. In: *A idéia de raça*. Cap. VIII. São Paulo: 70/Martins Fontes, 1977.

¹⁴ BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 60.

¹⁵ Como o argumento desenvolvido na obra do início do século XX: FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1989, a qual colocaria o Brasil para o resto do mundo como uma experiência bem sucedida de mistura de raças e de “democracia racial”, idéia que permaneceu em um imaginário que dificultou o combate ao racismo, considerado como “inexistente” por aqui.

reivindicações de direitos daqueles atingidos pelos preconceitos. Na virada do Século XXI, ganhou força novamente a racialização do debate, mas numa outra direção, como forma de valorização das identidades e singularidades. O resgate do orgulho da raça negra, por exemplo, foi reforçado por movimentos sociais que propõem a valorização das diferenças como parte da diversidade cultural, que podem ser entendidas dentro de uma nova política de identidades.¹⁶

Tanto nos estudos teóricos como no movimento social, houve proposições nunca plenamente atingidas de abandonar a idéia de raça e adotar-se a noção de etnia, por considerá-la menos carregada de valor, e menos geradora de preconceito. Mas, na atualidade, os movimentos sociais propõem ressignificar a noção de raça, positivando-a. Com isso, pressionam e influenciam o surgimento de novas políticas de inclusão racial, que buscam através de ações concretas, reparações históricas de injustiças sociais: cotas para ingresso nas universidades; critérios para demarcação de terras de quilombos, entre outras. Essas medidas geram calorosos debates, demonstrando que raças podem não existir geneticamente¹⁷, mas permanecem como valor na cultura.¹⁸

Como vemos, nos últimos anos amplificou-se significativamente o debate sobre as identidades culturais, étnico-raciais, negras. No entanto, parece permanecer, contraditoriamente, um fechamento quanto às práticas religiosas dos cidadãos negros no Brasil, apresentadas de forma difusa como próprias do campo das “religiões afro-brasileiras”. Podemos descobrir uma multiplicidade de práticas e crenças religiosas em pesquisas atuais sobre esses cidadãos, e contrastá-las com as afirmações recorrentes nos meios acadêmicos a seu respeito.

Para tanto, talvez esteja faltando não só dar

visibilidade à questão racial no Brasil e América Latina, mas considerar o ponto de vista dos próprios sujeitos envolvidos, e buscar conhecer profundamente o que os próprios cidadãos negros pensam, sentem e percebem a respeito. Com isso, talvez possamos contribuir de modo mais efetivo para que esse debate não crie novas formas de exotização das identidades raciais, antes atribuídas com exclusividade ao contexto colonialista.

¹⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

¹⁷ Ver, a respeito, ANJOS, 2007.

¹⁸ Ver, por exemplo, o artigo sobre o “ódio” racial, em coletânea organizada por Claudia Fonseca, que debate os direitos humanos, BARCELLOS, Daisy M. Violência racial e ofensa social: o ódio do outro e sua desqualificação. In: FONSECA, Claudia et al. *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

[Recebido em: dezembro de 2010.

Aceito em: agosto de 2011]